

O Orçamento de Estado para 2018: valorizar os avanços, criticar o que está mal, lutar pela plena satisfação das justas reivindicações dos trabalhadores!

Assumindo o objectivo de prosseguir a recuperação e conquista de direitos, o PCP aponta aos trabalhadores do Metro quatro objectivos de luta para o próximo Orçamento de Estado: aumentar os rendimentos dos trabalhadores e reformados; reduzir a carga fiscal sobre os trabalhadores; continuar a recuperação de direitos roubados; garantir o fim das restrições ao funcionamento das empresas públicas e o regresso do investimento ao sector.

São medidas possíveis e necessárias, que manteriam a política de recuperação de rendimentos que até tem alimentado o crescimento económico e reverteriam uma parte maior desse crescimento a favor dos trabalhadores e do povo português.

Depois de conhecida a proposta de Orçamento de Estado apresentada pelo Governo, importa verificar quais os ganhos para os trabalhadores, quais as medidas negativas e apontar as reivindicações que devem ser apresentadas e se possam transformar em novas conquistas para os trabalhadores.

Recuperação de rendimentos: valorizamos que a proposta de Orçamento alargue a toda a Administração Pública a reposição das progressões na carreira (mas com os incrementos salariais que daí advenham a só serem devolvidos faseadamente nos próximos 2 anos); **mas rejeitamos frontalmente o facto do Governo pretender manter o congelamento salarial e a proibição de progressões remuneratórias**, o que implicaria que os trabalhadores do Metropolitano chegassem a 2019 com os salários de 2009!!!

Redução da carga fiscal sobre os trabalhadores: apesar de representar uma redução da carga fiscal para os rendimentos do trabalho (a que o PCP não é alheio), essa redução ficará muito abaixo do possível e necessário para repor alguma justiça na distribuição da carga fiscal entre o trabalho e o capital; também nesta matéria, o PS continua a revelar-se incapaz de afrontar os interesses do grande capital.

Recuperação de direitos: como tem vindo a defender o PCP, valorizamos que o Orçamento confirme a plena reposição da contratação colectiva para o Sector Empresarial do Estado, tal como já estava previsto no OE para 2017; mas é incompreensível que mantenha um conjunto de roubos de direitos para os trabalhadores do SEE que não estão abrangidos pela contratação colectiva.

Entrada dos trabalhadores em falta nos sectores operacionais: a proposta de Orçamento mantém uma política restritiva da entrada de trabalhadores para o SEE, a mesma política que tanto tem degradado a capacidade de resposta operacional, com a crescente pressão para alargar ainda mais o recurso à prestação de serviços e à precariedade, quando o que se impõe é a entrada de trabalhadores efectivos para a manutenção, para a via, para as estações e para a tracção.

Apesar de alguns avanços, para os quais foram determinante a intervenção do PCP e a luta dos trabalhadores, é necessário ainda tudo fazer e lutar para que esta proposta de Orçamento de Estado seja melhorada e alterada na Assembleia da República (onde vai estar em discussão até 24 de Novembro). **O PCP, como sempre, apresentará as propostas concretas de alteração que se impõe. Mas não pode haver ilusões: só a luta dos trabalhadores poderá obrigar o PS e o seu Governo a recuar e a ceder às justas aspirações dos trabalhadores.**

O grande capital leva meses de pressão e chantagem para que se acabe com qualquer recuperação de rendimentos dos trabalhadores. Utiliza para tal as instituições que domina: a União Europeia, o BCE, o FMI, a CIP e a CAP, a Comunicação Social e os seus bem pagos comentadores. Procura recuperar plenamente a oleada troika da contra-revolução – PS/PSD/CDS – com a qual, à vez, aos pares, em trios, foi impondo a exploração ao povo português. **Não pode haver ilusões:** os compromissos do PS com o grande capital mantém-se, e as limitações deste Orçamento de Estado são bem o espelho disso mesmo. Só a actual correlação de forças e a árdua e persistente intervenção do PCP, tem permitido alguma recuperação de rendimentos ou direitos, ainda que limitada.

Para enfrentar os objectivos do grande capital os trabalhadores precisam de afirmar a sua força erguendo-se em luta. É pois à luta dos trabalhadores que o PCP apela. Desde logo, à participação de todos na manifestação nacional que a CGTP-IN promove em Lisboa no próximo dia 18 de Novembro, cujo objectivo é, entre outras questões igualmente essenciais como a necessidade de rever as normas gravosas do Código de Trabalho, exigir que o Orçamento de Estado para 2018 atenda às reivindicações dos trabalhadores.

Luta por alterar a proposta de OE 2018:
É possível e necessário descongelar os salários
e acabar com as restrições à contratação de trabalhadores!